

(DISTRIBUIÇÃO GRATUITA INTERNA)

PREPARE-SE VEM AÍ



GAROTA FISCALIADA/87

SENSACIONAL
"NOITADA FESTIVA",
DA FAMÍLIA FISCAL,
PREVISTA PARA
AS FISCALIADAS/87.
DETALHES NA
PÁGINA 11

Walquiria
Fernandes
Rainha Garota
Fiscaliada/86

ESCLARECIMENTO À CLASSE

PÁGINA 5

CONSTITUINTE: A CONTRIBUIÇÃO DOS FISCAIS

PÁGINA 3

Notícias da CRE

PÁGINA 4

O apelo do diretor

PÁGINA 5

Projeto Participação Administrativa nas D.R.R.s.

PÁGINA 9

MENSAGEM DA 2ª D.R.R.

PÁGINA 10



AFFEPE

Expediente

NOTIFISCO

Órgão de divulgação
da AFFEP

Informativo técnico,
cultural e recreativo

Diretor Responsável

Dirceu Lopes de Araújo

Supervisão Geral

Roberto Sérgio Stresser

Colaboradores

Maria Beatriz Chaves

Clélia Moraes

Funcionários da SEFI e
CRE

Equipe: BICAO

Os artigos aqui publicados não estão vinculados, sendo, portanto, de INTEIRA responsabilidade dos signatários.

DIRETORIA

ATUAL AFFEP

CONSELHO

DELIBERATIVO

Presidente

Domingos C. Mansani

Vice-Presidente

Gustavo dos S. Moura

1.º Secretário

Jesomir Uba

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Pedro Carlos Antun

1.º Vice-Presidente

Adailton Barros

Bittencourt

2.º Vice-Presidente

Arlindo José Clivatti

1.º Secretário

Pedro Luiz de Paula Neto

2.º Secretário

Olindo Teixeira Pinto

1.º Tesoureiro

Marco Antônio T.

Schwartz

2.º Tesoureiro

Olávio Pires Pereira

DIRETORES DE

DEPARTAMENTOS

Imprensa e Propaganda

Dirceu Lopes de Araújo

Roberto Sérgio Stresser

Sede Campestre

José Marçal Antônio

Sauna

Francisco Piekarczyk

Patrimônio

Ileomar Antônio Uba

Médico-Odontológico

Dr. Douglas Simile de

Macedo

Engenharia

Eduardo Couso

Departamento Jurídico

Senio Dias

Diretor Social Rel Públicas

José Luiz Maia

Diagramação

Ary L. da Cruz

Reg. Prof. DRT/PR

n.º 358.02/80V

Composição, Arte e

Fotolito:

Helvética Composições

Gráficas Ltda. (Curitiba)

Rua Saldanha Maranhão,

1.260 — Fone 232-0634

Impressão

Editora "O Estado do

Paraná" S.A

O "NOTIFISCO" está re-

gistrado no 1.º Ofício de

Registro Civil de Pessoas

Jurídicas e Registro de

Títulos e Documentos —

Apontamento n.º 493.130.

Prot. - A - n.º 14 sob n.º

de Ordem 106 do Livro

"B" - "P" de 03/01/84.

COMENTANDO

Mais uma conquista, que deve ser creditada

À Presidente Antun, aos advogados da AFFEP, ao Prof. Clóvis Diretor da CREe, principalmente ao Secretário da Fazenda Dr. Haully, que sem maiores delongas após a decisão favorável à Classe determinou o pagamento desse direito.

Desnecessário dizer que o Secretário, poderia levar adiante a pendenga judicial, mas houve por bem, determinar o pagamento junto com a folha do mês de julho, como havia prometido.

À Dr. Haully, ao Governador Alvaro Dias, nossos agradecimentos, estejam certos os Senhores que haverá uma resposta, da classe fiscal, no sentido de implementar uma busca de recursos que se traduzirá em aumento da arrecadação, porque o pessoal está no firme propósito de se empenhar mais ainda, para dar um retorno à administração que desta vez, vem demonstrando interesse em remunerar condignamente a classe, a níveis de outros grandes Estados.

Com referência aos descontos, motivo de circular do Azzolin, comentamos no artigo "Esclarecimentos à Classe".

Estivemos no interior, a serviço do F.P.M. em Ponta Grossa, Castro, Toledo, Cascavel, Dois Vizinhos e Pato Branco e verificamos pessoalmente os trabalhos intensos que estão sendo desenvolvidos pelo pessoal em volantes, plantões, cujos serviços vem sendo de grande valia no aumento da Receita do Estado, o pessoal está trabalhando a todo vapor.

Dirceu Lopes de Araújo

NOTÍCIAS DA AFFEP

R. S. Stresser

O Notifisco "em cima do lance" focalizou o assunto "quinqüênios" no número anterior. Foi grande a repercussão da notícia, que deu esclarecimentos e divulgou o mês que o Sr. Secretário — Luiz Carlos Haully autorizou o pagamento.

Muita gente não sabe que a AFFEP teve participação efetiva no caso dos "quinqüênios", Foi a AFFEP, por intermédio do Presidente Antun, que sugeriu uma fórmula para o pagamento dos atrasados, fórmula esta, por sinal, que agradou a todos. Também devemos agradecer à todos que participaram decisivamente na questão, como o Sr. Secretário Luiz Carlos Haully, o Diretor Geral da Secretaria da Administração — José Laudelino Azzolin, o Diretor da CRE — Clóvis A. Rogge que foi o batalhador incansável e à colegas nossos como o João Antonio Cruz e outros.

A A. R. - Curitiba está tornando-se uma Agência modelo, devido ao grande volume de papéis que transita naquela A. R. e o numeroso público que procura a Repartição. O Chefe, o nosso colega Vieira, procura atender a todos, não medindo esforços para solucionar todas as questões e problemas encontrados. Por esse motivo a A. R. merece reportagem no Notifisco. Aguardem no próximo número.

A indicação do Agente Fiscal Antonio Spolador Jr. — A. F. - 3-A para o cargo de Inspetor Regional de Fiscalização da 14.ª D. R. R. de Pato Branco não causou surpresa. Tendo demonstrado competência na condução da A. R. - Verê e dos Grupos de Fiscalização Volante de que fez parte, participou também da elaboração do Projeto de Desenquadramento das Microempresas em 1986. Parabéns ao novo Inspetor e à 14.ª D. R. R., primeira Delegacia a ter um A. F. - 3 galgando cargo de confiança.

Lançada em Ponta Grossa pelo Secretário das Finanças Luiz Carlos Haully, a campanha — Mutirão da Dívida Ativa, a fim de conseguir junto aos contribuintes o pagamento de suas dívidas perante a Fazenda Estadual.

GRALHA AZUL

A CRE através do CENPRE, vem ao longo do tempo promovendo em cada Delegacia, projeto que tem como objetivo descobrir e oferecer idéias e sugestões para fortalecer as DRRs, através da participação de todos os funcionários.

Sabemos por ouvir dizer, que a AFFEP foi impedida de participar ou que a direção da AFFEP não foi convidada a participar, mas mesmo assim não faltaram "olheiros", que nos trouxeram algumas "idéias e sugestões" apresentadas, e que diretamente nos interessam, apesar de não evidenciadas pelos grupos.

DESTAS:

1 — Tornar a Associação dos Fiscais mais autante;
— Ora, nos últimos anos, a AFFEP, vem trabalhando para que os fiscais, tanto ativos como inativos, tenham uma maior participação; exemplos:

a) a elevação dos valores das quotas; b) a 1.ª promoção havida em 84; c) a obtenção das quotas e 2/3 sobre o adicional, que premiam os funcionários com mais tempo de serviço, principalmente aqueles já aposentados.

2 — Que a AFFEP só seja usada pelos funcionários;

— Como todos sabem, a AFFEP é composta por fiscais estatutários; anteriormente a nossa gestão foi feita uma abertura, pe-

la qual os funcionários contratados por CLT entrassem também como sócios da AFFEP, permanecendo até hoje.

3 — Defesa dos fiscais pela AFFEP;

— A AFFEP tem defendido sistematicamente os colegas, tanto é verdade que vários deles nos têm procurado, e dentro de nossas possibilidades os temos ajudado.

Aproveitamos para dizer que esta Presidência não se acha vinculada à direção da CRE. As reivindicações feitas são originárias das assembleias gerais da classe, e nossas conquistas demonstram que estamos corretos em nossas atitudes.

4 — Decisões pela classe e não pela cúpula;

— Recentemente o diretor da CRE nos solicitou estudo para reforma da Lei n.º 7.051-78; estamos trabalhando o assunto e brevemente convocaremos reunião do Conselho e da Comissão eleita pela Assembleia Geral Extraordinária para debater tal reforma em nossa lei.

5 — Estimular o convívio entre colegas a nível de Delegacias (Associações);

— As Fiscalizadas, festa anual que todos conhecem, proporcionam a confraternização, intercâmbio e aproximação dos associados, da capital e interior. Estamos estudando também a realização dos jogos regionais, que serão disputados pelas Delegacias, em grupos selecionados.

CONSTITUINTE: A CONTRIBUIÇÃO DOS FISCAIS

O Paraná esteve representado no I Simpósio Nacional de Fiscais de Tributos pelos colegas Pedro Antum, da AFFEP; Claudinê de Oliveira, da 8.ª DRR; Pedro Luiz de Paula Neto, da 2.ª DRR e Dagoberto de Souza, da 10.ª DRR. O evento foi realizado em Brasília, na 1.ª semana de abril e reuniu delegações de quase todos os Estados brasileiros.

O NOTIFISCO transcreve a mensagem formulada pelos participantes e dirigida aos constituintes. Trata-se de um precioso documento, cujo teor de alto nível, merece ser lido, refletido e aproveitado.

"Os auditores fiscais do Tesouro Nacional e do Tesouro do Distrito Federal, bem como os fiscais de tributos estaduais, neste momento crucial de nossa história, unidos em torno de suas entidades de classe e tendo presente sua experiência e especialização profissionais na área tributária, sentem-se no legítimo direito e dever de se manifestarem a respeito do que julgam ser, em consenso, o conjunto de princípios basilares que devem informar a construção de um novo Sistema Tributário con-

sentâneo com as mais legítimas aspirações da nação brasileira

1) — Observância estrita do princípio da reserva legal da norma material tributária e correspondente indelegabilidade da competência legislativa

2) — Consagração dos princípios de anualidade e anterioridade, como pressupostos de vigência e eficácia da norma material tributária

3) — Que a tributação seja, preferencialmente, pessoal e direta, incidindo de forma efetivamente progressiva, uniforme em todo o território nacional e sem distinção ou preferência em relação a qualquer categoria ou atividade profissional

4) — A par de realizar as receitas públicas, o sistema tributário deve ser instrumento da redistribuição da riqueza nacional.

5) — Que a incidência de tributação do Imposto de Renda prevaleça sobre os rendimentos e ganhos de capital atenuando-se a pressão tributária sobre os rendimentos do trabalho.

6) — Deve ser implantado um efetivo federalismo fiscal, viabilizando a

que Estados e municípios cumpram os encargos de sua competência.

7) — O decreto-lei, por sua natureza, representa ato próprio do poder discricionário que conflita com a realidade democrática e, portanto, também em matéria tributária, deve ser proscrito

8) — Sejam consignadas, na normatização do sistema tributário, expressas garantias assecuratórias da eficácia na aplicação da lei tributária.

9) — Todos os rendimentos sujeitos à incidência do Imposto de Renda das pessoas físicas devem ser levados, obrigatoriamente, à tabela progressiva na declaração anual de rendimentos.

10) — Na incidência dos impostos diretos sobre rendimentos das pessoas físicas, deve ser respeitada a intributabilidade da parcela dos rendimentos necessários à manutenção das condições mínimas mas de sobrevivência condigna do contribuinte e seus familiares.

11) — As anistias e remissões são matéria de estrita reserva legal e desta forma, somente poderão ser instituídas nos casos de efetiva legitimidade e correspondente ganho social. Os pressupostos legais consignados nos arts. 172 e 180 do atual CTN, atendem, ao nosso ver, as cautelas necessárias à concessão desses benefícios.

12) — Deve ser atribuída à União competência para instituir imposto sobre herança e doações como legítimo instrumento de redistribuição da renda nacional.

13) — As obras públicas que beneficiem imóveis devem ter seus custos recuperados, através de tributação pelo Poder Público competente.

14) — Os incentivos fiscais, isenções e reduções só poderão ser instituídos e concedidos quando efetivamente demonstrado o correspondente ganho social.

15) — Que seja efetivo o acompanhamento fiscal dos incentivos concedidos.

16) — O orçamento deve ser transparente de forma a identificar e quantificar os incentivos fiscais, isenções e reduções tributárias.

17) — São ilegítimas as modalidades de títulos, valores e aplicações ao portador, cuja identificação constitui pressuposto inarredável de uma justa incidência tributária.

18) — O sigilo fiscal não deve abranger os casos de sonegação, fraude, conluio ou simulação respaldando o anonimato de pessoas físicas e jurídicas que lesam o fisco e a sociedade.

19) — Para a devida execução de legislação tributária é imprescindível vel que se estructure adequadamente a carreira à qual compete a função fiscal, bem como se estabeleçam garantias ao pleno exercício das atribuições inerentes aos seus integrantes.

20) — No atual estágio de nossa realidade, torna-se indispensável a instituição de certo grau de auto-gerência da administração tributária, conferindo à sociedade de garantias de soluções técnicas e não políticas, perenes e não ocasionais, legais e não arbitrárias".

JOSÉ MARÇAL KAMINSKI



Chefe da Assessoria de Apoio Administrativo da C.R.E.

Natural de Ribeirão do Pinhal - PR
Casado com Dna. Vanda Marçal Kaminski

Filhos: Elizabeth e Robinson
Cargos que já desempenhou:
Chefe do S.A.A. — 7.ª D.R.R.
— 1972

Assessor — 7.ª D.R.R.
— 1974

Chefe da D.C. — 7.ª D.R.R.
— 1977

Assessor do Diretor da C.R.E.
— 1978

Auxiliar Técnico da C.R.E.
— 1979

Assistente Técnico da C.R.E.
— 1980

Responsável pela A.A.A./C.R.E.
— 1981

Delegado - 6.ª D.R.R. e 14.ª D.R.R.
— 1983 e 1984

Chefe da A.A.A./C.R.E.
— 1985 até a presente data.

CURSOS:

— Economia
— Administração de Empresas

Outras participações:

— Curso de Economia e Planejamento da UNICAMP - através do BADEP — 1978

— Curso de Agente — Treinamento na ESAF — 1978

— Curso de Legislação Tributária — C.R.E.

Operação Alerta: A Força do Fisco

O NOTIFISCO acompanhou com muito interesse o desenvolvimento da "Operação Alerta" aplicada no início do mês de junho em Curitiba e no final em Maringá. A operação desencadeada pela IGF da CRE envolveu cerca de 200 pessoas em Curitiba e 80 em Maringá.

O "Alerta" se constitui num conjunto de procedimentos fiscais desenvolvidos de forma didática e bem concatenados, executados por um contingente de fiscais oriundos de diversas delegacias regionais. Os fiscais atuam em duplas, dentro de cada uma das frentes de ação, sob a coordenação, orientação e controle de colegas delegados regionais, especificamente convocados para esta atividade. Isto propicia uma integração entre funcionários de diferentes delegacias, com trocas de experiências e crescimento funcional. Ademais, ao aglutinar um efetivo fiscal de porte, o fisco mostra toda a sua força e marca importante presença.

No momento em que a arrecadação do Estado tem apresentado um crescimento medíocre se comparado com os índices inflacionários, a estrutura fisco-arrecadadora é extremamente exigida e cobrada. A conjuntura econômica, apontando índices flagrantes de recessão, coloca o empresariado contribuinte em situação pré-falimentar. Nesse quadro, a sonegação tende a se agravar: quer pelas formas tradicionais de burla aos dispositivos legais, quer pela inadim-

plência no pagamento de tributos. Qualquer ação do fisco pode circunstancialmente caracterizar "arrocho fiscal" ou "terror fiscal". A orientação do Secretário Haully e do Diretor da CRE, Clóvis Rogge, foi no sentido de se evitar estas conotações. Assim, já na abertura dos trabalhos da "Operação Alerta", tanto em Curitiba quanto em Maringá, o Diretor da CRE esclareceu que os trabalhos estariam pautados em parâmetros de orientação e conscientização, punindo-se apenas as irregularidades nitidamente flagrantes. O aparato fiscalizatório preconizado pelo "Operação Alerta" deve buscar o exato recolhimento do tributo: exatamente o que é legalmente devido ao Estado.

Em 5 dias de trabalho em Curitiba foram visitados 897 contribuintes sendo lavrados 116 autos de infração estabelecendo uma produção fiscal entre ICM e multas no montante de Cz\$ 3571.704,00. Já em Maringá foram visitados 356 contribuintes, lavrados 65 autos de infração produzindo Cz\$ 5.085.398,00.

A "Operação Alerta" se estenderá às principais cidades do Estado.

O NOTIFISCO procurou apurar, junto aos colegas que participaram do "Alerta", as impressões sobre o trabalho realizado e as opiniões foram unânimes: este tipo de trabalho deve continuar. O fisco do Paraná quer mostrar toda a sua força, toda a sua potencialidade.

NOTÍCIAS DA C.R.E.

O NOTIFISCO divulga a todos os colegas leitores, a partir desta edição, as notícias que trazem fatos relacionados com a CRE:

— repercutiu intensamente a aplicação da "Operação Alerta" idealizada e implementada pela CRE através da IGF nas cidades de Curitiba e Maringá.

— a 1.ª DRR intensificou o trabalho de recepção, controle e análise na entrega de GIAs, allocating um contingente extra de fiscais no setor. Outras delegacias têm implementado procedimento similar.

— a SEFA divulgou em 30 de junho os índices provisórios da partilha do ICM aos municí-

plos em 88. Neste ano, graças ao trabalho dedicado de Benedito Ursi, responsável pelo FPM, e dos coordenadores de DFC das delegacias regionais a omissão na entrega das DFCs foi a menor dos últimos anos.

— a idéia central do "Projeto Exação" — o justo recolhimento do tributo pela orientação e conscientização — tem sido estendida a várias cidades do Paraná, a partir da experiência pioneira e bem sucedida da 2.ª DRR dirigida pelo colega Pedro Luiz de Paula Neto.

— a IGA trabalhou intensamente para operacionalizar a nova sistemática de repasse bancário de 4 para 3 dias, celebrando novos convênios com a rede bancária. Os recolhimentos do ICM referentes a dilatação de prazo, dívida ativa e parcelamentos têm a exclusividade do BANES-TADO.

— os técnicos da IGT foram extremamente exigidos no assessoramento direto ao Secretário da Fazenda, Governador e Constituintes, na defesa dos interesses tributários do Paraná junto às Comissões que elaboraram o ante-projeto, da nova Constituição.

— desencadeado neste início de mês o projeto de treinamento 03/87 do CENPRE objetivando o aperfeiçoamento técnico-profissional dos AF-3 em rotinas específicas dos trabalhos em agências de rendas.

— o Diretor Geral da SEFA, Eleotério Codato, sensibilizou-se profundamente pelas condições físicas extremamente inadequadas do Posto Fiscal Marcanjo Bianchini quando de sua visita acompanhado pelo Diretor da CRE, Clovis Rogge e do titular

Pedro Luiz da 2.ª DRR. O Secretário Haully, colocado a par da situação determinou reativação imediata do Projeto de construção da referida unidade. Vamos esperar para ver.

— o pessoal das delegacias regionais de Maringá, Campo Mourão e Apucarana, participou ativamente do Projeto de Integração Administrativa. A metodologia utilizada permitiu a participação de todos os funcionários na discussão dos seus próprios problemas e na busca de idéias e sugestões para resolvê-los. O Secretário Haully, representado nestes eventos pelo seu Chefe de Gabinete Durval Amaral quer a participação de todo o quadro de pessoal das delegacias regionais e se compromete a realizar uma administração efetivamente participativa.

— buscando informações na área fisco-arrecadadora, o Secretário de Fazenda do Estado do Acre, Deusdete Antonio Nogueira, esteve reunido com o Diretor da CRE, Clovis Rogge durante todo o dia 3 de julho. Na oportunidade o Secretário Deusdete manifestou sua admiração pela organização da estrutura fisco-arrecadadora da CRE e solicitou um estreitamento das relações pela transferência de know-how.

Os Fiscais do Paraná saúdam os Veteranos de Garibaldi



Representando a AFFEP, funcionários da 1.ª DRR, 2.ª DRR e da CRE, estiveram participando na cidade de Garibaldi — RS, da 3.ª FENACHAMP.

— La foram recepcionados, pelos componentes do Clube dos Veteranos da cidade.

A dedicação e o carinho dos Gaúchos, para com a delegação paranaense, foi das mais calorosas.

Além de jantares, visitas à Granjas de Vinhos e Champagnes, na terra de Adalberto Giongo (Tito), realizou-se sensacional disputa futebolística onde o resultado sorriu para os donos da casa que tiveram o cuidado de manter a equipe da AFFEP, concentrada com macarronada, churrasco, vinho e champanhe, não podendo ser consumido mais que uma dúzia por cabeça. A noite aconteceu um grandioso baile.

Em breve a AFFEP retribuirá a visita dos irmãos gaúchos na Colônia em Guaratuba.



VENDE-SE FILHOTES (50 DIAS)

— PASTOR MANTO NEGRO —
Rua Jacob Macanhann n.º 1-029 —
Construkt — Mat. Construções —
Fone: 266-1921.
Tratar c/ Milton.
VENDE-SE REBOQUE DE CARGA
(350 Kgs)
Cz\$ 17.000,00 — já emplacado —
Fone: 252-9358 — Sr. Epaminondas.

Seguradoras/Convênio-AFFEP

- CIA. UNIAO DE SEGUROS GERAIS
- VERA CRUZ SEGURADORA S/A
- LIBRA CLUBE
- SUL AMÉRICA SEGUROS
- INTERNACIONAL CIA. DE SEGUROS

Relação de Agenciadores autorizados a angariar seguros para a AFFEP:

- 1 — Odilon Ribas Filho
- 2 — José Carlos Romagnolo Coltro
- 3 — Luiz Fernando Gaspari de Oliveira Lima
- 4 — Erani Raquel Kloster de Souza
- 5 — Luiz José Borges Corrêa
- 6 — Osmaiz Aparecido Grispan
- 7 — Carlos Roberto Simão
- 8 — Airton José Fernandes

OBS.: Qualquer dúvida com respeito a seus seguros, consulte sua Associação, Tel.: 223-7414 — Falar c/ Airton ou Pan.

ASSESSOR DA 16ª D.R.R.

PARANAGUÁ

Gilberto Della Coletta

Natural de Potirendaba - SP, com 44 anos de idade. Casado com D.^a Maria Silvéria C. D. Coletta.

Filhas: Deia Cunha Della Coletta e Rocio R. Della Coletta.

Cargos que já desempenhou:

— Chefe de Agência de Rendas

— Inspetor de Fiscalização - 2.^a D.R.R.

Cursos:

— Técnico em Contabilidade.

— Curso Superior Licenciatura Ciências.

— Curso Superior Ciências Econômicas.

— Curso à nível Pós-Graduação — F.A.E. — Organização Administrativa e Planejamento Empresarial.

Outras participações:

— Instrutor e orientador em cursos realizados pelo CENPRE.

ESCLARECIMENTO À CLASSE

Estamos hoje empenhados em esclarecer as muitas dúvidas, que suscitaram até reações exaltadas, que se sucederam ao desconto de código 7MM no contracheque do mês de julho.

Ocorre que em luta laboriosa, e melhor, plena de sucesso, a Associação em nome de toda a classe, lutou arduamente no sentido de conquistar um direito que nos era inalienável, ou seja, o quinquênio sobre as cotas. Ora, esta luta, exigiu um apoio legal importante, e que só não foi mais custoso, visto os advogados serem credenciados por nossa entidade.

É-nos forçoso constatar, que o trabalho efetuado, foi de ordem a ter sucesso pleno, e que os honorários devidos são mais do que justos, e que assumir, cada um a sua parte, além de uma colaboração, é, uma obrigação pessoal.

Descontar de todos os beneficiados, pois a Associação não se ateve ao que consignaram a primeira demanda, mas em nome de todos, foi uma contingência, ainda mais se considerarmos o mais im-

portante, que é, o benefício atrasado será creditado em 60 vezes em valor em muito superior ao desconto, que será efetuado em 10 vezes (apenas) e sem acréscimo.

É justo, e é injustificável lamentar por tão pouco, quando nos beneficiamos de tanto e com tão pouco esforço, já que a Associação fez por nós todo o trabalho.

Quanto à alegação de que a Classe não teria sido ouvida para que se efetuasse o desconto, parece-nos desnecessária, sem pensar na dificuldade, já que por voto, escolhemos uma diretoria para nos representar, defendendo nossos direitos, mas que tem de assumir também por nós algumas obrigações.

Neste momento, pesando benefício e custo, não há o que contestar, saímos ganhando, e muito, e mais uma vez, a Classe deve se unir para resgatar seus direitos, assumindo suas responsabilidades e crescer em patrimônio.

Dirceu Lopes de Araújo
Diretor do NOTIFISCO

O apelo do Diretor:**«É TEMPO DE RESPOSTAS»**

Em correspondência datada de 11/6/87, enviada a toda a sua assessoria, delegados regionais e ao Presidente da AFFEP, o nosso Diretor Clovis Rogge faz colocações muito importantes sobre a classe fiscal paranaense e sua atuação. O NOTIFISCO publica para conhecimento e reflexão de todos os colegas a íntegra deste documento.

"O governador Álvaro Dias tem impregnado um ritmo de cobrança muito forte de todo o conjunto da máquina governamental. Paralelamente, nunca se observou um caráter de transparência e de acesso da comunidade ao governo como agora. Pela característica própria de estilo administrativo, o governador tem ouvido a todos que o cercam e que o procuram. E o próprio governador tem estimulado para que toda a sociedade paranaense passe a exercer uma fiscalização rígida às ações do governo (vide matéria anexa).

Nas últimas semanas o Palácio Iguazu tem recebido uma avalanche de denúncias contra funcionários do fisco do Paraná. Em sua maioria são denúncias verbais e que não trazem a tônica elementos para uma

averiguação em processo regular. Isto tem denegrido substancialmente a imagem do fisco junto ao governador e sua assessoria imediata. Encontramo-nos numa situação muito difícil. Muito grave. Nosso trabalho competente e incansável tem sido ofuscado por essa saraivada de críticas e pelo baixíssimo desempenho da arrecadação.

Preocupa-me sobremaneira o fato de que os procedimentos imorais de poucos, que estamos regular e prontamente apurando, possa prejudicar a luta de muitos. Isto tem-nos enfraquecido e sinto que encontraremos sérias barreiras às nossas reivindicações. É momento de união de toda a classe. É tempo de respostas. Não precisamos de fiscais para os fiscais. Não queremos e não podemos admitir isso.

O Secretário Haully tem estado muito do nosso lado. Tem efetivamente caminhado conosco. Sinto nele um profundo desapontamento quando interpelado pelos procedimentos irregulares de seus fiscais. Com muito equilíbrio e bom senso, ele nos tem determinado a correção regular de tais fatos.

Conto contigo na reversão deste quadro".

FISCALIZAÇÃO DA 14.^a D.R.R. APREENDE MERCADORIAS

Mensalmente a Fiscalização Volante da 14.^a Delegacia Regional da Receita vem agindo nos mais diversos locais do Sudoeste do Paraná, verificando a documentação fiscal e os produtos transportados, vem como, coibindo que a produção agrícola da região seja escoada para o vizinho Estado de Santa Catarina sem o pagamento do respectivo imposto.

Na noite de 11 para 12 de junho os fiscais da Receita Estadual montaram fiscalização volante na estrada nova que liga os municípios de Mangueirinha a Palmas, sendo que por volta das 02:00 horas da madrugada, foram apreendidas 05 cargas de milho, totalizando 170 toneladas, que eram transportadas por 05 carretas Scania e Volvo, com documentação que caracterizavam destinação falsa, pois eram remetidas de Guaraniaçu e Planalto para uma empresa sediada em Pato Branco e dirigia-se para o Estado de Santa Catarina.

Os caminhões eram vigiados durante a viagem por uma equipe de batedores em carros pequenos, que muito bem a fiscalização soube despistá-los, vindo então os caminhões com a mercadoria irregularmente transportada a serem apreendidos.

Os fiscais estaduais, na apreensão, demonstraram grande responsabilidade, perseverança e dedicação, inclusive pondo em risco a própria vida, pois os caminhões tentaram empreender fuga e os motoristas jogaram os veículos contra a viatura da fiscalização. Como os fiscais eram persistentes e contaram com o apoio da Polícia Militar os motoristas renderam-se às evidências dos fatos de que suas tentativas de fuga não se concretizariam.

Após a apreensão os fiscais procederam a lavratura dos respectivos Autos de Infração, que totalizaram Cz\$ 324.815,06 e removeram, com o auxílio da Polícia Rodoviária Estadual, os caminhões com a carga para o Posto Fiscal Rio Pinheiro, onde permaneceram durante todo o dia 12 e, após, como os autuados não tinham condições de saldar o débito fiscal, a referida mercadoria foi depositada em uma conceituada empresa de Pato Branco até que seja sanada a irregularidade fiscal através do pagamento do imposto e da multa respectiva.



Carretas apreendidas pela Fiscalização Volante da 14.^a D.R.R., com 170 toneladas de milho, transportados de forma irregular.

Através de seus Grupos de Fiscalização Volante apreendeu no dia 18 de junho um caminhão que transportava irregularmente 22 cabeças de gado bovino, cujo Auto de Infração totalizou a importância de Cz\$ 91.462,00, o qual foi pago no dia seguinte.

Na mesma ocasião foi apreendido um caminhão transportando 15 toneladas de erva mate bruta, sendo que na nota fiscal constava somente 07 toneladas, motivando a lavratura do respectivo Auto de Infração que importou em Cz\$ 23.030,00, o qual também foi pago no dia seguinte.

No dia 20 de junho outro Grupo de Fiscalização Volante apreendeu um caminhão com 09 toneladas de milho sem documentação fiscal e que era destinado ao vizinho Estado de Santa Catarina, lavrado o Auto de Infração no valor de Cz\$ 12.500,00 foi imediatamente pago pelo autuado.

A Delegacia Regional da Receita tem sempre pregoado um não ao terrorismo fiscal, mas tem procurado cobrar o que é de lei e a Fiscalização Volante que diariamente está atuando em diversos locais coibindo as irregularidades e conscientizando o produtor, o intermediário e o transportador de suas responsabilidades no recolhimento dos impostos.

Notícias da 14.^a D.R.R.

O Sr. Delegado da 14.^a Delegacia Regional da Receita, Assessor e Inspetores de área, objetivando um entrosamento e aperfeiçoamento das atividades das Agências de Rendas, realizaram reunião com os contadores dos municípios de Realeza, Francisco Beltrão e Marmeleiro, nos dias 08, 20 e 29 de maio, respectivamente, tendo sido discutido o cumprimento das obrigações acessórias, dentro dos prazos previstos nas normas legais, a avaliação dos imóveis para captação do I.T.B.I. e solicitando a maior participação no recolhimento dos tributos pelas empresas das quais tem a responsabilidade pela contabilidade. Outro assunto que mereceu destaque nessas reuniões foi a utilização da Máquina Registradora, dentro das normas determinadas pela Instrução n.º 1.050/86.

No dia 25 de maio a Equipe Administrativa da 14.^a D.R.R., foi ao município de São João, onde reuniu-se com Diretores e altos funcionários da COASUL — COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SUDOESTE LTDA., onde foram discutidos a implantação das Instruções n.º 1.050/86 e 1.099/87, bem como, aspectos relacionados com a pauta de valores de produtos primários.

A Inspeção Regional de Fiscalização no decorrer do mês de maio efetuou 518 levantamentos fiscais para fins de exclusão de empresas no CAD - ICM, utilizando-se dos chefes das Agências de Rendas, além dos funcionários da IRF, os quais não estão medindo esforços para eliminar todas as baixas existentes e pendentes por falta de verificação fiscal.

A 14.^a D.R.R., sob a coordenação do Delegado Regional e do Sistema TAF, com participação dos chefes das A.R.s e funcionários da IRF, realizou no dia 16 de junho no município de Francisco Beltrão, o projeto de "EXAÇÃO FISCAL", objetivando a integração Fisco-Contribuinte, sendo que tal ação do fisco obteve grande repercussão nos meios empresariais daquele município.

14.^a Delegacia Regional da Receita Sedia Reunião Estadual



Flagrantes da Reunião Inter-Regionais dos Inspectores de Arrecadação em Pato Branco

A 14.^a Delegacia Regional da Receita sediou nos dias 19 e 20 de maio, REUNIÃO INTER-REGIONAL DOS INSPETORES DE ARRECADAÇÃO. Nesta ocasião a administração da Coordenação da Receita do Estado, especializada na arrecadação dos tributos estaduais, procurou fazer estudos e propostas objetivando aperfeiçoar a máquina administrativa do Estado do Paraná, evitando erros e conturbações no recolhimento, que muitos dissabores traz ao contribuinte e prejuízo ao Estado. Foi analisado o que tange ao Cadastro de Contribuintes e Contadores, que após o desenvolvimento de muito trabalho hoje pode-se contar com sua perfeição. Outra preocupação é com relação aos devedores de impostos, dessa forma foi desenvolvido esquemas para agilizar o fluxo das Ações Executivo Fiscal, para que o Estado vá buscar imediatamente junto aos devedores o seu crédito tributário. Dessa forma aumentando a Receita, que hoje, como toda a economia, encontra-se em situação de quase desespero, visto que a Contabilidade Estadual está em déficit, mesmo diminuindo o ritmo de obras do Governo.

A reunião inter-regionais dos inspetores de arrecadação, foi prestigiada pelo Diretor da Coordenação da Receita do Estado, Dr. Clóvis Agenor Rugge, o qual veio trazer a sua mensagem de apoio e a sua vontade de aperfeiçoamento da atividade admi-

nistrativa da CRE, bem como, dos objetivos do Secretário Dr. Luiz Carlos Hauly frente a pasta das Finanças.

A participação dos funcionários que fazem parte das administrações, central e regionais, foi entusiasta e muitos conhecimentos foram adquiridos, tendo sido plantada a semente da perfeição e que em futuro muito próximo poderão ser colhidos os frutos desse trabalho.

Estiveram presentes além dos representantes de Pato Branco, Dr. Saudino Barbiero, Delegado Regional da Receita e o Inspetor Regional de Arrecadação, João Manoel Delgado Lucena, os membros da administração central da CRE, Dr. Newton Modesto D'Avila, Inspetor Geral de Arrecadação e seus Assesores Nelson Yto, Alair T. de Souza Favoreto, Helmuth Germano Venske Junior, José Carlos de Carvalho e os Inspectores Regionais, Cleonice Salvador — 1.^o DRR, Ivo Rodrigues da Silva — 2.^o DRR, Hilário João Colla — 3.^o DRR, Ione Pavelski — 4.^o DRR, José Abel Brina Olivo — 5.^o DRR, Milton Luiz Oliveira — 6.^o DRR, João Ramos da Silva — 7.^o DRR, Nair Honda — 8.^o DRR, Antonio Calderelli Castilho — 9.^o DRR, Abel Vaz da Silva Junior — 10.^o DRR, Robinson Franco de Oliveira — 11.^o DRR, Pedro Okuiama — 12.^o DRR, Hermes Luiz de Barros — 13.^o DRR, Gleide Ferreira Fontes Astuti — 15.^o DRR e Márcia Aparecida Lopes — 16.^o DRR.

DECRETO Nº 438

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Acórdão nº 2.801, de 22 de maio de 1985, da 4.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, o Ofício nº 651, de 30 de setembro de 1986, da 2.^a Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba e o contido no protocolado sob nº 127.510/86,

Resolve tornar sem efeito o Decreto nº 5.111, de 13 de junho de 1978, na parte que readaptou JOÃO ROBERTO LINHARES, voltando o mesmo, em consequência, a ocupar o cargo de Fiscal Tributário - Nível 18, com as seguintes alterações posteriores:

- enquadramento no cargo de Agente Fiscal 2 - Símbolo AF-2-A - Referência I, a partir de 11 de dezembro de 1978, por força do Decreto nº 5.958, de 06 de dezembro de 1978;
- promoção ao cargo de Agente Fiscal 2 - Símbolo AF-2-B - Referência IV, a partir de 17 de fevereiro de 1984, em face do Decreto nº 2.592, de 06 de fevereiro de 1984; e
- promoção ao cargo de Agente Fiscal 2 - Símbolo AF-2-C - Referência IV, a partir de 09 de novembro de 1984, de acordo com o Decreto nº 4.235, de 07 de novembro de 1984.

Curitiba, em 06 de maio de 1987.

1669 da Independência e 999 da República.

ALVARO DIAS
Governador do Estado

MÁRIO PEREIRA
Secretário de Estado da Administração

LUIZ CARLOS JORGE HAULY
Secretário de Estado das Finanças

Mensagem da 15.^a D.R.R.-Apucarana

Há a Pátria como um todo, há o Paraná com nosso povo precisando de nós, do nosso trabalho, da nossa boa vontade. Há a nossa classe, nossa família, você e eu, todos precisando uns dos outros.

Porque não despertar de vez nossa consciência de classe?

Vamos preparar o futuro. É que a cada instante o presente escorrega, torna-se passado e só é possível continuar a viver e agir porque contamos com aquilo que há de vir. Para cada ato novo lançamos mão do futuro. A fé no futuro é fundamental porque hoje temos uma consciência mais crítica, que deve nos levar a projetar nossa história, nossa carreira e não só esperar que ela seja feita e deriva, onde se conta com a sorte, com a boa vontade de poucos e o desinteresse de muitos.

Não vamos mais adiar nossa decisão, seu adiamento pode torná-la incapaz mais tarde, simplesmente porque é tarde.

A tendência à integração deve se tornar mais intensa. Não podemos nos realizar sem nos unirmos aos outros. O nosso futuro deve ser a totalização e não o parcelamento. A classe se desfaz na medida em que se reduz a elemen-

tos dispersos e cresce na medida em que as partes se articulam e trabalham para o mesmo objetivo. Temos de formar um só corpo para enfrentar problemas e somente acharemos soluções satisfatórias trabalhando em conjunto. As soluções fragmentárias vão tendo eficácia cada vez mais limitada. Vamos introduzir convergência na diferenciação das funções. Vamos superar formas de oposição por formas de colaboração. Para isso não precisamos destruir a energia da luta, do esforço, da conquista e da afirmação do talento pessoal, mas trabalhar com afinco para encaminhar essa energia à realização integrada de nossa classe.

Certamente teremos de lutar para nossa promoção pessoal, mas haremos de fazê-lo por tal forma que nosso desenvolvimento esteja inserido num contexto solidário. É a CRE como um todo que deve crescer e não apenas um fragmento.

Deverá continuar a tensão, a contestação, a conquista, mas com novo espírito e com outro sentido.

Tenhamos consciência de que não existe êxito pessoal sem a inclusão do destino dos outros.

Para avançar nem todas as direções são boas, mas somente uma permite subir, aquela que, por ter maior or-

ganização, conduz à maior síntese e maior unidade.

Todos os dias temos exemplos de que adiamentos e omissões trouxeram arrependimentos e remorsos, principalmente na parte social com reflexos nefastos às nossas famílias que são penalizadas e depois esquecidas.

Sem contar o próprio esquecimento, o descaso com que tratamos o assunto aposentadoria, como se fosse uma simples evasão do presente, uma espécie de nada, e o futuro chega inesperadamente porque não foi planejado, preparado. Dai nos daremos conta de que não fomos só esquecidos, mas que também nos esquecemos. Dai sim iremos buscar fazer parte de lutas isoladas, quando muitas vezes já não se tem como enfrentar nada, daí o arrependimento por nada ter feito quando estava em nossas mãos fazê-lo.

Vamos tomar a responsabilidade de converter atitudes individualistas em atitudes solidárias.

Não há experiência mais frustrante que o isolamento, não é possível encontrar-se egoísmo mais refinado do que alguém se considerar autossuficiente.

É a hora da responsabilidade aparentemente dividida, pois na realidade

ela será multiplicada porque é indispensável que cada um faça a sua parte.

A CRE precisa de nós e nós precisamos dela e, como um todo, precisamos do Estado, da Pátria...

A Administração precisa do nosso trabalho, vamos dar nossa vontade de construir um Paraná maior, vamos sobretudo adquirir direitos de reivindicar. Vamos atender para ter direito de pedir. Alcançar, atingir, conseguir enfim, é altamente compensador.

Para se atingir um objetivo é preciso lutar, mas lutar com dignidade, sem egoísmo, é assim que se descobre que há maior realização em dar do que receber, em promover do que em promover-se.

O valor que damos aos nossos momentos corresponde ao valor que nós próprios nos damos.

Este momento é decisivo... tem seu lugar na caminhada de tantos e tantos...

Não os deixe passar vazios. Pensa, pois, neste dia, neste instante. Corajosamente, se preciso for. Ternamente, se a ocasião for esta. Resolutamente, sempre.

4.^a Delegacia Regional da Receita
Equipe Domingos Martins

Notícias da 4.^a D.R.R.

NOTIFISCO (União da Vitória)

O agente fiscal Agnor Minari, sempre que pode, cita sua alegria pelo brilhantismo de suas filhas, Cláudia Lucia e Claudiane Ligia, que estão cursando, respectivamente, o 5.^o e 1.^o Ano de Medicina na Universidade Federal. A Cláudia já é Doutoranda. Parabéns do Notifisco.

A 4.^a Delegacia Regional da Receita da União da Vitória, por recomendação do Delegado Pedro Angelo da Silva, vem combatendo rigorosamente a sonegação fiscal na região. Para o que, com a colaboração da Polícia Militar e Rodoviária vem realizando semanalmente "blitz" fiscal nas principais localidades e rodovias, visando carga e descarga de mercadorias, visitas dirigidas a estabelecimentos comerciais e industriais. Operação essa que conta sempre com 35 fiscais e 10 viaturas e os resultados obtidos são excelentes, tanto em arrecadação direta e indireta. O delegado está muito satisfeito com os resultados e com sua equipe de trabalho, bem como da aceitação e reciprocidade dos comerciantes, industriais e produtores, os quais merecem ser protegidos contra os sonegadores e maus contribuintes, para tanto vem contando com o apoio das associações de classe e contadores.

A Associação dos Funcionários da 4.^a Delegacia Regional da Receita, no mês de junho, realizou sua festa junina na aprazível chácara às margens da BR 153, sede da entidade. A festa reuniu grande número de associados com suas famílias, que se deliciaram com quentão, pinhão, amendoim e churrasquinho. As 19 horas foi acesa a fogueira e às 20 horas teve início o bingo. A festança foi encerrada com um animado arrasta-pé.

NOTIFISCO registra com satisfação a laboriosa administração do presidente da Associação, Antonio Jair dos Santos, que frequentemente oferece um lazer aos associados. Nesta festa junina, muito simpaticamente se fez presente o presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Paraná, Pedro Antun, o mesmo acontecendo com o ex-delegado Jerson Luiz Ferreira de Melo.

Obteve êxito a 1.^a Semana do Agasalho promovida pela Associação dos Funcionários da 4.^a DRR. Muita roupa e sapatos foram arrecadados, depois separados pela diligente Adalgisa e entregues a entidades assistenciais de União da Vitória, como Instituto Piamarta, Orfanato e Asilo de Vera Guarani.

O funcionário Frederico Talacz festejou animadamente sua aposentadoria, reunindo em sua casa cerca de 50 colegas para um jantar, onde foi comentado que vários fiscais, como Alvim Sarti, Paulo Sibut, Arlindo Clivatti, Rene Augusto, ainda estão devendo aos colegas a festa de suas aposentadorias.

Com muito pesar NOTIFISCO registra o falecimento em União da Vitória do fiscal Melquides de Lara, que por muitos anos foi chefe da Agência de Rendas de Cruz Machado.

No último dia 02 de julho foi realizado o III Torneio de Truco dos Funcionários da 4.^a DRR. 10 duplas concorreram a uma acirrada disputa, levantando o 1.^o lugar Wladimir Correia Silvestre e Izaurino Daniel Cordeiro.

Correspondente Rene Augusto

Maringá, Campo Mourão e Apucarana:

Delegados e funcionários mobilizados pelo Projeto "Participação Administrativa na D.R.R."

Foto: José Luiz Mala (também Monitor)



Corpo de Monitores do Projeto "Participação e Integração Administrativa na DRR".

TEXTO DE:

MARIA RITA DE C. QUAESNER MATWICZKI

Dentro da filosofia de ação da atual administração, dois enfoques estão sendo utilizados como forma de aperfeiçoar e melhorar a máquina administrativa do Estado: a participação efetiva do funcionário e a integração administrativa.

Visando pôr em prática esta proposta, o grupo de monitores responsáveis pela condução do projeto, que denomina-se "Participação e Integração Administrativa na DRR", estiveram buscando idéias e sugestões oferecidas pelos funcionários que possam vir a fortalecer técnica e administrativamente as DRR's, e a Secretaria como instrumento meio do governo do Estado.

As primeiras Delegacias a participarem do projeto foram: Maringá (9.º), Campo Mourão (12.º) e Apucarana (15.º), sendo que todas as demais deverão fazer parte do projeto.

Grande parte do sucesso da proposta deve-se primeiramente, a participação efetiva de todos os funcionários; Agentes Fiscais e Celetistas, que voluntariamente ofereceram valiosa contribuição ao projeto, através de um número expressivo de sugestões consideradas de grande relevância. O êxito do projeto deve-se também, ao apoio que os delegados Moacir M. da Silva, Ranul-

fo D. Mendes e Domingos Martins dispensaram por ocasião da realização dos eventos. Manifestações de cooperação, solidariedade, carinho e amizade por parte dos Delegados fizeram da estada da equipe de monitores, bem como do trabalho realizado naquelas Delegacias, motivo de imensa satisfação.

Sob a Coordenação de Luiz Antônio Guarize o corpo de monitores é composto pelos funcionários: Cristina Rodrigues da Cruz, Giancarlo S. Almeida Torres, João Antônio Cruz, José Luiz Mala, Maria Rita de Cássia O. Matwiczki, Maria de Lourdes Domingues de Aguiar, Moacir Carlos Baggio, Mário Grott, Neiva Ribas Mendes da Silva, Sirley Salmazo, Suely do Rocio Kuss.

O trabalho desenvolvido tem o respaldo do sr. diretor da CRE, Clóvis Rogge do Sr. Secretário, Luiz Carlos Haully e conta com o apoio do Chefe de Gabinete, Sr. Durval Amaral, que tem se deslocado aos Municípios visitados, cooperando de forma dinâmica com a proposta.

Notícias da 5ª D.R.R.

"AÇÃO COM A EXAÇÃO"

A 5.ª D.R.R. de Guarapuava executou no dia 19 de junho de 1987, na Cidade de Pitanga, o Projeto Exação Fiscal, oportunidade em que, o titular da 5.ª D.R.R. e toda a sua equipe de trabalho, se deslocaram até aquela Comuna.

Os trabalhos tiveram início às 8:00 e o encerramento às 18:30, cujos objetivos principais foram plenamente alcançados consistindo nos seguintes:

- Integração Fisco-contribuinte;
- conscientização através de visita pessoal aos estabelecimentos previamente selecionados, da obrigação de recolher aos Cofres Públicos do Estado, o ICM já retido do consumidor por ocasião da venda da mercadoria;
- levantamento e apuração de dados econômicos das empresas visitadas, coletados através de formulário específico, com o fito de se demonstrar ao contribuinte o baixo recolhimento que vem praticando e à vista de tais elementos convencer o contribuinte da necessidade de aumentar a sua participação no pagamento do ICM.

No desenvolvimento dos trabalhos fiscais, foram visitadas aproximadamente 90 empresas previamente selecionadas por apresentarem baixo índice de recolhimento nos meses anteriores, tomando-se como parâmetro o índice de inflação e outras empresas do mesmo ramo de atividade. Foram ainda, lavrados 07 Autos de Infração que gerou o montante de..... Cz\$ 90.000,00 de ICM + Multa.

O trabalho literalmente denominado de "EXAÇÃO FISCAL", iniciado nessa Regional pelo Município de Pitanga, iremos executá-lo nos demais municípios jurisdicionados à 5.ª D.R.R., pois ao nosso entender, é a forma mais democrática de se exigir com justiça o imposto que é cobrado do povo e que fatalmente deverá ser repassado legalmente ao povo.

À 5.ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA. Em data de 22.05.87, procedeu, um trabalho no sentido de orientação dos Srs. Chefes de Agências de Rendas e Funcionários, quanto a sistemática da Inst. n.º 1.050/86 "MÁQUINAS REGISTRADORAS," os trabalhos foram coordenados por esta Regional, sendo o instrutor o Inspetor de Arrecadação Sr. José Abel Brina Olivo, com a participação de Inspetor Regional de Fiscalização Sr. Orlando Belin e sendo supervisionado pelo Sr. Astolpho S. Cavallin, Auxiliar Técnico e o Sr. Antonio Bonin, Delegado Regional.

Partimos da seguinte premissa, solicitamos a presença de um técnico credenciado, o qual trouxe 2 dois tipos de Máquinas, as quais foram manuseadas por todos os Srs. Chefes de A.R. e Funcionários, dirimindo todas as dúvidas quanto as funções, dos comandos das mesmas.

Outrossim, procedemos reuniões, com a Associação Comercial e com os contabilistas da jurisdição desta regional.

Mensagem da 2ª D.R.R. - Curitiba

MENSAGEM DA 2ª DRR — CURITIBA

No princípio das coisas, no início de tudo, quando o homem andava a vagarear pelas florestas, ele era um escravo na natureza. Ofertava tributos e rezas ao vento, ao trovão e à chuva; ao leão que tomava de assalto a sua caverna, ao mamute que jevorava sua escassa coiteira. Com o tempo, a lutar, fez da pedra sua escrava; descobriu o fogo e também os venenos vegetais; do ferro, soube transformá-lo, dando-lhe as novas nuances; abateu, subjogou e dominou os animais ferozes, obrigando-os a lhe darem alimentos e roupas. Dominou o fogo e pela sua utilização preparou seus alimentos, ligas para seus instrumentos de caça e posteriormente sofisticou-os para acompanhá-lo à guerra, voando sobre as choças do inimigo, consumindo tudo. A terra produzia, à sua ordem, de acordo com as fantasias de seu cérebro.

O mesmo rio que outrora cultivava como se fosse um deus, estava agora sujeito ao seu arbítrio. Obrigou os ventos a moldarem seus cereais ou impelir-nos sobre as águas; fez das estrelas suas guias nas pousadas, das quais mais tarde iluminou-o com a descoberta da bússula, como meio orientador. Com salitre, carvão e enxofre, fabricou uma força destruidora. E assim o homem, pôs ao seu serviço adaptando-os, a seu uso, os animais, as plantas, as terras, as águas, as rochas, os ventos. Desafiou e venceu a força da gravidade e outras mais complexas de calor, de eletricidade, da luz, do átomo.

Fez o remédio que cura e a mais sofisticada arma que mata. Por que?

Porque lhe é inerente. De seu âmago transborda uma vontade inabalável de crescer, conhecer, aprimorar ou transformar o que encontra a sua volta. Nada se faz à sua revelia.

O homem, enquanto gerente de seus ideais ou da organização a qual destina seus préstimos, será sempre um agente de mudanças um formulador de idéias e de aspirações.

No contexto da nossa CRE, tais assertivas não poderiam ser mais reais, estão embutidas na labuta e objetivos diários, para que, gradativamente, atinjam o almejado, utilizando-se de uma estrutura que, através de dicação, de não e experiência, nos foi legada pelos nossos antepassados.

Se voltarmos no tempo, no início da ação fiscalizadora, podemos traçar um paralelo que equivale ao próprio caminho percorrido pelo homem do passado, até suas conquistas da atualidade. Nossos Fiscais, intrépidos, lutaram, removeram pedras, cruzaram picadas, arrecadavam impostos a cavalo, até mesmo com o sacrifício de sua própria vida e a de sua família para que, embora lhe fosse oferecido, via de regra, instalações de trabalho das mais humildes, pudesse cumprir aquilo que a si mesmo propôs: fiscalizar e arrecadar os impostos.

As comunicações por qualquer meio, até uma década atrás alimentaram muitos sonhos: o de existir um sistema viário eficiente, serviços de telefonia, implantação de malotes, entre outros, vias estas que colocariam em instantes todo o contingente funcional à disposição das organizações.

Na realidade, estes homens da CRE, usando de uma força interior que lhe é peculiar, trabalharam, transformando os rudimentos que possuíam em mãos, em instrumentais de sua batalha.

Para seu teto, utilizaram-se de barracas e muitas agências nela funcionavam, a luz era a velas e a comunicação era feita a deriva, de um serviço de correio péssimo.

Nestas condições e acorde com a época, o fiscal criou, mudou e marcou o seu tempo.

Ainda possuímos locais, que não condizem com a meta do nosso contin-

gente. Exemplo disso são os Postos Fiscais existentes em muitos de nossas divisões, ainda carentes de recursos materiais e humanos como também o são muitos de nossas repartições públicas. Excetua-se desta prerrogativa, os Postos situados em fronteiras de maior expressividade, onde já há uma estrutura de trabalho condizente, mais ajustada e adaptada às nossas necessidades e em consequência produzindo mais eficazmente.

Todavia, embora seja, de modo geral, notável a oferta de técnicas, instalações, fluxos de comunicação, de recursos humanos colocados a dispor de nossa organização, a nossa luta continua, nosso ideal administrativo ainda é uma tênue luz no horizonte.

A nossa mercadoria — o tributo — é um problema sócio-cultural de todos os povos, de raízes milenares. Os latinos, particularmente, têm por ele — o imposto — uma repulsa natural, quase genética.

Apesar de formar-se uma estrutura negativa em relação ao "cobrador de impostos", muitos países conscientizaram-se de que o fruto da arrecadação é uma efetiva forma de se distribuir riquezas e promover o crescimento econômico e que a comunicação é um elo operante entre a fiscalização e o ingresso tributário.

A aplicação dos recursos públicos são fiscalizadas e pela excelência desta aplicação preocupa-se toda a comunidade.

Neste panorama acima citado, especialmente entre os paranaenses, entra de modo decisivo o PAPEL DO AGENTE FISCAL. Para que mude uma mentalidade arraigada em pseudoconceitos, há de se fazer um trabalho, planejado, sincero, de metas bem definidas.

Uma das maiores coisas que os especialistas em eficiência têm feito, é ensinar aos homens de negócios a avaliar o preço do tempo. A moeda perdida pode ser encontrada, mas o tempo gasto inutilmente, jamais será recuperado.

Quantas horas, dias talvez nós funcionários fiscais, perdemos por falta de condução e condições?

Mas, não obstante as adversidades, o fiscal no desempenhar de suas tarefas, como todo o vendedor, esforça-se para vender seus produtos: — expõe sua mercadoria, que embora compulsória — o imposto — irá beneficiar de modo abrangente toda a população nas suas variantes de necessidade. E deste trabalho, que se obtém a receita indispensável para investir-se na pessoa, fazendo-a crescer como investimento para propiciar de modo relevante que a educação, saúde, habitação, vestuário necessários dentro dos fatores econômicos sejam atingidas e situe-se como molas mestras do desenvolvimento de um estado ou país.

No seu cotidiano, o funcionário público tem o dever, o comprometimento de compreender as necessidades do contribuinte ser cordial, amável e amigo, transformando estas qualidades em recolhimento consciente do ICM, como consciente é a arte de vender qualquer produto.

Exemplificando comparativamente a aceitação do AGENTE FISCAL como espontânea e de sua importância para o progresso comum, norteamos-nos através de uma doença grave cuja terapia é longa, demorada, necessitando de cuidados especiais, redobrados e de atendimento médico.

Nesta situação, um todo de complexidade, encontramos a crise. Estamos em convívio com ela.

Sabemos também, que a solução é lenta tal qual a doença e precisa de homens e muito esforço, trabalho, traduzindo-se em nossa atuação de mais

receita e pouca despesa com calma, boa vontade e determinação.

Necessário, também indispensável não se perder e nem se precipitar pelos conselhos da impaciência ou da intolerância, se não quisermos adicionar um tempero amargo à situação, agravando ainda mais, o estado das coisas.

E diante da forma utilizada para enfrentar as dificuldades é que encontramos o regente, o administrador.

Os fiscais devem ser os administradores de um novo modo de ver por parte do contribuinte em relação aos tributos, que a eles não pertence e sim ao Estado.

Navegar em mar calmo, com motores funcionando na mais perfeita ordem pede tão somente a participação de um timoneiro de média experiência, capaz de pilotar em condições amplamente favoráveis.

Na agitação, porém, somente um experiente — Hany e todos aqui — que com capacidade tocam o barco maior e suas embarcações menores, cada qual no seu departamento.

Somos os timoneiros — que às vezes nos vemos perdidos no oceano, sem mastro, sem motor, sem tripulação, sem velas, sem quadrante e com o mar revolto.

Todavia, à toda esta luta iniciada, fomos incorporando as forças oriundas de várias gerações de fiscais e que graças às administrações passadas, fomos vencendo as dificuldades e, com os dirigentes de hoje ainda seremos os "RHODES", dentro da estrutura do Estado.

Aqui, no Paraná, temos tido conquistas relevantes tanto ao aspecto da melhoria dos recursos físicos e materiais, bem como os de contingente de pessoal.

Novos colegas tem ingressado em nosso quadro e emprestam o concurso de sua inteligência e ideais para nos fortalecer, tornando nossa tarefa maior — a administração tributária — um conjunto de sucesso, já exemplo para outras unidades federadas.

Este conjunto resume-se uma palavra: Trabalho! Mas, uma luta realmente profissional que traduz-se por ARRECADADAÇÃO.

De todo o conjunto exposto acima, conclui-se que o fiscal labutou e fez com que as condições adversas por ele enfrentadas se modificassem de acordo com sua vontade. Usou de toda sua valentia e com denodo passou para a condição de ESCRAVO para a condição de SENHOR.

E é, desta maneira, na condição de Senhor que estamos focalizando a SEF, mais precisamente a CRE.

Mesmo como Senhor, não pode e nem deve a Secretaria da Fazenda, esquecer do homem que compõe seu quadro, porque é ele que, embora seja em granito bruto pela dureza em enfrentar as agruras e os desconfortos, necessita de todo o amparo a fim de que sejam unidos as suas arestas, para que torne-se uma pedra polida com os conhecimentos que irá adquirindo, através dos cursos e ensinamentos que receberá de seus colegas mais experientes, que indubitavelmente serão seus companheiros e mestres.

E é aí, neste aspecto, que reside a grandeza de encontrar-se na posição de Senhor.

No cotidiano com todos os estudos, cursos, tecnologia e outros progressos assimilados, não podemos esquecer que somos eternos aprendizes, por ter sempre alguém a nos ensinar alguma coisa, a todo minuto de nossas vidas.

Graças as várias administrações que até aqui adviram, podemos nos considerar num estágio, digamos médio.

A par disto, cumpre-nos ressaltar a postura ética de nossos atuais dirigentes, o nosso atual Secretário da Fazenda, Sr. Luiz Carlos Hany e nosso Diretor Senhor Clóvis Rogge, que possuem a visão do profissional público, diferente a do empresário privado, sempre descrente de que possa haver profissionalização no serviço público, justamente pelo caráter sempre Interino de suas passagens pela administração pública.

Nossos governantes têm ciência, particularmente os que compõem esta casa, que o fiscal desempenha um importante papel nas finanças estaduais, qual seja o de cobrar o imposto devido ao Estado, por força de outorga constitucional. Evidentemente que hoje existe uma nova mentalidade, fruto de um constante e experimentado aprendizado.

Segundo estatísticas noticiadas pelos nossos órgãos de comunicação, temos ciência de que o nosso Estado possui um índice de endividamento dos menores registrados no país.

Observando o quadro abaixo, em relação ao total da dívida nas diversas unidades da Federação, confirmamos esta afirmativa.

EM CZ\$

ESTADO	TOTAL DO ENDIVIDAMENTO
RIO DE JANEIRO	76 Bilhões
SÃO PAULO	63 Bilhões
BAHIA	58,5 Bilhões
MINAS GERAIS	52 Bilhões
SANTA CATARINA	40 Bilhões
RIO GRANDE DO SUL	33 Bilhões
PARANÁ	2,5 Bilhões

Gazeta do Povo - 03/06/87

Esta situação em nosso Estado, pode ser revertida a curto prazo, pois os recursos humanos disponíveis, encontram-se plenamente hábeis no sentido de um aumento de arrecadação, que supere este dado negativo que ocorre no Paraná.

Trabalhem com disposição e haveremos de conquistar!

Se nos detivermos na dívida de outros Estados, veremos que o Montante de seu déficit é muito superior ao nosso e que potencialmente não ocorre no Paraná.

(continua na pág. 11)

ACONTECIMENTOS

Maria Beatriz Chaves

Nosso povo está inquieto, diante do tumulto que está se criando ao ser elaborada a nossa Constituição. Fazemos votos e rezamos com fervor, para que os homens que tem o poder nas mãos, ao sacramentá-la, o façam com sabedoria e justiça, porque depende dela, o destino bom ou mau das nossas futuras gerações!

—/0/—

Dizem que o Ministro BRESSER PEREIRA, não tem o carisma do "OUTRO", mais que importa o carisma, se o Plano der certo? Se o mínimo daqui pra frente for justo e digno, Bresser Pereira, será endeusado como foi seu sucessor!

—/0/—

Nossos funcionários fiscais, de todas as regionais, credenciados pela Sunab, paralelamente a ela, estão passo a passo, tentando conter os desmandos do comércio em geral, fazendo um grande trabalho que muito contribuirá para conter a corrupção e elevar o índice de arrecadação.

—/0/—

Nossos pintores, novos ou veteranos, expõem no saguão da Caixa Econômica, quadros de grande beleza, dignos de parar para admirar. (Certos motivos, para quem passou a infância, em fazendas, colônias e mesmo interior, desperta doces lembranças e as vezes, nos faz doer de saudades...)

—/0/—



Alvaro Dias.

Nosso governador está sempre em pauta com suas atitudes dignas, moralizadoras e de elevado espírito de justiça, bem mereceu o título de "melhor governador!"

—/0/—

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE JUNHO NO ÂMBITO DA 14.ª DRR

- 08 — Nilza Cristina Viganó
- 11 — Genilse Terezinha Z. Vendrusculo
- 15 — Jovino Moser
- 20 — Milton Seifert
- 20 — Ivan Pedro Arcego

- 20 — Roosevelt Miguel
- 22 — Claudia Valéria L. Gabardo
- 27 — Bertolino da Silva
- 29 — Siomar Justina Ines Sasso
- 30 — José Fernando Puchta

—/0/—

No meio jornalístico e cultural, foi muito sentida a morte de LEON ELIACHAR, não se eliminou o homem, foram mortos vários homens com seu desaparecimento, pois um escritor cria muitas vidas, dá-lhe corpo, pensamento e vivência, fertiliza nossa imaginação, e todas essas criaturas foram com ele, além do mais, dominava como mestre sem igual a arte mais difícil dentro da arte de escrever, o humor. Aonde estiver, deve estar rodeado de anjinhos escritores.

—/0/—

Sentimos profundamente a evasão de nossos jovens para o exterior, é incrível que isto esteja acontecendo, buscar trabalho lá fora, quando este país, foi o mais procurado para trabalhar. Temos certeza que nosso Presidente, não ficará insensível a essa questão, e tomará medidas para conter essa situação que constrange a todos. DUSTIN HOFFMANN, como sempre, esbanjando performance. Sempre valerá a pena ver seus filmes.

—/0/—

Na Cinemateca GUIDO VIARO, em grande estreia, o filme sobre a vida de VADE TAPLES, o conhecido DRÁCULA, que nada tinha de tão terrível, e sim um príncipe romeno, com idéias próprias de justiça. Quis fazer do seu reino, um "reino Perfeito", e criou técnicas de tortura medonhas, mas eficazes. Foi um político, amante das artes, dos livros e principalmente de sua pátria, a amada Romênia, pela qual, lutou e morreu. Muito concorrida a exibição do filme.

—/0/—

Perdemos nosso grande GILBERTO FREIRE. Vai deixar uma profunda lacuna na nossa cultura, perdemos um pesquisador, um estudioso sem igual, sempre na busca perfeita e incessante do estudo da nossa raça.

—/0/—

E as grandes videntes brasileiras continuam prognosticando grandes riquezas para o nosso país, entre elas o petróleo!

—/0/—

"MEU TIPO INESQUECÍVEL" sempre existirá em nossas vidas, o tipo inesquecível, aquele que marcou nossas vidas, e nunca mais vai sair de lá!

MBC



ANIVERSÁRIOS

'Garota Fiscalíada'

Devido ao grande sucesso e repercussão do baile que elegeu a Rainha das Fiscalíadas/86, graças principalmente ao apoio e participação dos colegas e amigos da AFFEP, a Diretoria Social sente-se na obrigação de proporcionar aqueles que comparecerem às Fiscalíadas/87, momentos de alegria e descontração.

Visando desde logo alcançar nossos objetivos, estaremos divulgando no próximo número, o regulamento para as inscrições, agora com a possibilidade de filhas de sócios da AFFEP participarem, pois trata-se de uma festa e um encontro da família fiscal do Paraná.

O concurso será realizado durante o sensacional baile "Uma Noite no Hawái", onde todos poderão vestir-se tipicamente, e para aqueles que gostam de uma boa dança, informamos que o

concurso "Pé de Va'sa" estará melhor e mais animado, prepare-se que a disputa será das mais difíceis, e sua presença é indispensável.

Informações complementares com a Comissão Organizadora:

José Luiz Maia — 223-7414 (AFFEP)
Rosana R. Moura — 222-1050 (AR Curitiba)

Alair Favoretto — 234-5311 (IGA)
Cleonice S. Salvador — 222-7021 (IRA/1.ª DRR)

Antônio César Ribas Pacheco —
225-3377 R. 166 (IRA/1.ª DRR)

Suely do Rocio Kuss — 234-5311 (AORH R. 738)

Leony Raimundo de Menezes —
234-5311 R. 732 (GAB-SEFA)

José Luiz Maia,
Diretor Social e Relações Públicas da
AFFEP

Mensagem da 2.ª D.R.R. - Curitiba

(continuação da pag 10)

tão em condições de ressarcir, o que exigirá um sacrifício que só se extinguirá ao longo do tempo.

Cabe ao Governo e a ele exclusivamente, através de uma Política Fiscal abrangente e à esta estamos plenamente envolvidos para responder com nossa obrigação, luta e trabalho, o desenvolvimento das metas a que se propôs.

Se a política governamental visa a atender o sistema como um todo: elétrico, transportes, habitação, saúde, etc., necessita liberar recursos.

Esta é a grande distinção que nos faz até mais valorosos, pois estes recursos provêm de onde? Qual é a Secretaria que é a base para que o Governo possa atender às soluções aos problemas existentes ou que surgem?

Todos os demais órgãos estatais ou a ele vinculados, precisam destas verbas.

Entretanto, para manter esta amplitude de urgências, só um, entre todos, trabalha no sentido de arrecadar, de captar recursos: nossa Secretaria, na pessoa dos funcionários da CRE, que estando ainda em número reduzido para atender à toda extensão do Estado, propõe-se a suar a sua camisa dando cumprimento antes do dever, à toda uma filosofia de trabalho, de vida.

A nossa meta a ser atingida é agir para que o Governo possa realizar as obras que almeja.

Como fiscal de rendas é a primeira notícia da existência de um governo, através do seu trabalho no lugar mais longínquo e de difícil acesso, lá estaremos como a confirmar o Brocardo de que o fiscal de rendas é hoje o pilar do Estado Moderno e que nossa missão pode ser considerada ingrata, porém, jamais indigna e, o produto de nosso trabalho, haverá de comprovar de que fiscalização não é despesas e sim custos, mas num grande investimento.

E como disse Joelmir Betin: "Poupar investimento em fiscalização de impostos é poupar munição na batalha que decide a guerra".

Diga-se pois, um investimento que, comparado a uma célula é o alicerce que forma e armazena as grandes reservas necessárias à sua sobrevivência e as coloca a disposição, lenta e efetivamente para que possamos manter e ampliar a saúde de toda a máquina administrativa de nosso Estado.

Estas reservas constituem a força que conduz o trabalho do fiscal tributário de forma eficiente.

É peculiar ao homem a valoração de suas ações do ponto de vista ético e mesmo estético. Acreditamos que fomos valorizados e queremos registrar, com imensurável satisfação, os nossos agradecimentos porque, neste governo estamos sendo reconhecidos em nossa luta.

Através do atendimento às nossas reivindicações propostas pela classe fiscal, nossos dirigentes estaduais nos propiciaram grande incentivo ao qual nos responsabilizamos num maior comprometimento na ação comum, na faina de que iremos trabalhar com a maior dedicação e a lealdade que constitui nossa filosofia primeira.

Caro colega:
Você no seu município é o responsável pela receita do Estado. Através de você está uma multidão de pessoas que dependem exclusivamente do seu esforço, da sua perspicácia. Na sua fala, você representa governantes e governados; enfim, você é tudo. É do seu trabalho que o governo planeja, organiza, distribui verbas, ajuda.

Pela sua simples forma de ser, de orientar, pela sua receptividade, apesar de estar numa posição considerada IMPOSIÇÃO, desvanecerá a idéia de toda uma estrutura falsa e receberá espontaneamente do contribuinte o respaldo em tributos, impedindo porém, de modo firme que haja evasão do ICM, constituinte básico da maior relevância de nosso Estado.

Já imbuídos desta filosofia, restamos desenvolvê-la, uma vez conscientizados de que passamos da condição circunstancial de escravos para senhores do nosso destino e reais gestores de nossos atos.

A única forma concebível de nos dignificarmos ainda mais ante a confiança em nós depositada pelos nossos governantes é a de estarmos subjugados pelo trabalho.

É esta a nossa resposta!
Somos sim, cativos de nossos compromissos profissionais, cientes de que, através deles, colaboramos com o laurear de nosso Estado em toda sua grandeza.

Desta forma, é essencial que os deveres de nossa posição sejam executados com a diligência que sua importância requer.

BILÃO NÃO PERDOA



HUMOR PRETO NO BRANCO



Seria uma imensa alegria ver no meu túmulo uma placa de madeira surrada com a inscrição:
"Aqui jaz um Cachorro, mas que nunca mordeu ninguém".

Médico troca poemas com Jânio: indenização

(Transcrito da Gazeta do Povo - 8-7-87)

Escrever um poema para cobrar uma indenização de CZ\$ 70 mil foi a idéia inusitada do médico Marcelo Toledo, radiologista da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Universitário, que pretendia dessa forma cobrar do Prefeito Jânio Quadros o pagamento dos prejuízos que teve com a queda de uma árvore sobre o seu automóvel na véspera do último Natal.

E foi também com um poema que Jânio autorizou o pagamento da indenização, por julgá-la procedente, e encaminhou seu despacho ao Se-

cretário de Finanças. Manhães Barreto.

Para quem conhece o passado do Prefeito paulistano, sua resposta não chega a ser uma surpresa, pois quando estudava na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no Rio, pertenceu à Academia de Letras da escola e publicou várias poesias na revista do Centro Acadêmico 11 de Agosto.

Os dois poemas foram publicados na íntegra na edição de sábado do "Diário Oficial" do município de São Paulo.

Nas quadrinhas, o lamento do médico

"Excelentíssimo Senhor/ Jânio da Silva Quadros/ Prefeito do município/ Minha história de Natal/ a começar do princípio/ vem dum fato trivial/ uma árvore morreu/ nas ruas da capital.

"Só que o carro era o meu/ (o que se vê no postal)/ Foi isso que aconteceu/ na véspera do meu Natal.

"Não ventava, nem chovia/ Era um dia bem normal/ E meu carro junto à guia/ parado em lugar legal.

"Quem vive da Medicina/ não pode — como direi — / se uma árvore cai em cima/ substituir um Deí Rey.

"Não era novo, era usado/ Do ano 81/ Eu já estava acostumado/ não trocava por nenhum.

"Agora está na oficina/ com os carros remendados.

"E o orçamento imagina/ são setenta mil cruzados.

"Junto vai meu hólerit/ para mostrar a situação/ de quem cura apendicite/ na barriga do povão.

"Eu digo com muita dor:/ Exercer a

Medicina/ na função de professor/ é uma dor que desatina/ profissional de valor.

"Em qualquer país distante/ se ensina só Medicina/ Mas não cabe numa estante/ aquilo que aqui se ensina.

"Pois num país como o nosso/ cada médico precisa/ lembrar-se, ter a certeza/ que ao lado da doença/ há também que combater/ miséria, atraso e pobreza.

"Se assim escrevo ao senhor/ é pra pedir um conselho.

"E me diga por favor/ como fosse caso alheio.

"Como devo proceder/ para ser indenizado?/ Ou o destino assim quis/ sou eu que sou azarado?

"Sou homem de estimação/ educado com ternura/ deverei mover ação/ importunar a Prefeitura?

"Espero que sua resposta/ influa na vida minha./ Ou a vida é sem resposta/ e sem rumo é que caminha?"

No poema, Jânio manda pagar

"O bom médico Toledo/ pediu indenização/ e requereu-a sem medo/ de receber o meu "não".

"A árvore caiu por cima/ do carro de estimação/ e ele menciona/ a sina/ que parece maldição.

"O vegetal era nosso/ como o prova

a petição/ devo pagar e eu posso/ a pobre indenização.

"O remédio, pois, eu acho/ é saldar o prejuízo/ assim decido o despacho/ ao Manhães (Secretário das Finanças) que tem juízo".

CARREIRA



Tem um ex-delegado por aí que foi considerado o único delegado de carreira. O referido estava lotado em Pato Branco e era época de festas juninas. Algumas crianças passaram junto a janela do quarto que ele dormia e, por brincadeira de mal gosto, lançaram alguns "traques" janela adentro. O mesmo, como acontece nos hipódromos, veio na ponta à Curitiba, isto é, na primeira carreira.

ANALISTA



Um analista de D.F.C., tão dedicado, após detalhada análise da declaração emitiu o seguinte parecer: "Pelos dados analisados concluímos que o contribuinte possui um caixa 2, porém muito mau administrado". Este fato ocorreu na 1.ª DRR.



DIA DO PAPAI

